

1 **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA –**
2 **CEP DO ANO 2009 – BIÊNIO DE 2009-2010.**

3
4 Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e nove da era cristã, às dezesseis
5 horas, no Auditório do Prédio da Amapá Previdência – AMPREV, situado a Rua Binga Uchôa,
6 nº. dez, Centro, nesta Capital, reuniram-se pela quinta vez ordinariamente, o Conselho
7 Estadual de Previdência – CEP. A reunião do Conselho Estadual de Previdência para o biênio
8 2009-2010 foi aberta pelo Senhor Presidente Artur de Jesus de Barbosa Sotão, que
9 cumprimentou os Senhores Conselheiros e demais presentes, dando prosseguimento. **Pauta**
10 **– item 01** – O Senhor Presidente pediu para o secretário fazer a **leitura do edital** número,
11 zero, zero, cinco, de dois mil e nove, o qual convoca os Conselheiros para se fazerem
12 presentes na quinta reunião ordinária do ano de dois mil e nove, Biênio dois mil e nove e dois
13 mil e dez. **Pauta – item 02-** O Conselheiro Presidente, Artur de Jesus Barbosa Sotão fez a
14 **verificação do quorum**, chamando nominalmente os Conselheiros presentes na seguinte
15 ordem, **Arnaldo Santos Filho**, presente, **Wellington de Carvalho Campos**, presente,
16 **Haroldo Vitor de Azevedo Santos**, presente, **Mário Gurtyev de Queiroz**, ausente, **Dalto da**
17 **Costa Martins**, ausente, **Damilton Barbosa Salomão**, presente, **Estela Maria Pinheiro do**
18 **Nascimento Sá**, ausente, representada pelo Suplente **Marcelo Moreira dos Santos**,
19 presente, **Luiz Eduardo Nunes**, presente, **Micherlon Mendonça dos Santos**, presente,
20 **Anatal de Jesus Pires de Oliveira**, ausente, **Moisés Tavares de Araújo**, presente, **Marlúcio**
21 **de Almeida Souza**, ausente, **Antônio Márcio de Souza Pelaes**, presente, **Rosival**
22 **Nazareno Fortunato Monteiro**, presente e **Fernando Cezar Pereira da Silva**, presente.
23 **Pauta – item 03 - Leitura das justificativas de ausências de Marlúcio de Almeida Souza,**
24 **Anatal de Jesus Pires de Oliveira, Dalto Martins, Estela de Sá e Mário Gutyeve. Pauta –**
25 **item 04- Apreciação e votação da Ata referente à quarta reunião ordinária de dois mil e**
26 **nove**, os documentos foram encaminhados e qualquer manifestação, qualquer acerto,
27 emenda no teor da ata, foi solicitado que fossem encaminhados até o dia vinte e oito
28 de maio de dois mil e nove e até esta data não recebemos nenhuma alteração, dessa
29 forma, todos aprovaram a presente ata. **Pauta – item 05 – Comunicação da**
30 **Presidência. O Conselheiro Presidente falou** da manutenção dos equipamentos
31 odontológicos, falou da comunicação com o Sr. Sérgio Menezes sobre a área
32 ocupada pela Igreja católica no terreno pertencente à Amprev, e que o mesmo sendo
33 Presidente da Amprev na época, informou que a área já era ocupada e que apenas
34 evitou a ampliação. **O conselheiro Presidente fez** a leitura do Ofício Nº. 0340/2009
35 – GAB/AMPREV, destinada a Paróquia Bem-aventurado João Piamarta, em resposta
36 ao Ofício nº.0071/PBJP/2009, Continuando o item cinco, fez a leitura do Ofício Nº.
37 361/2009-GAB destinado a Ouvidoria Geral do Estado. **O Conselheiro Presidente**
38 **falou** da alienação de bens que será feito pela Amapá Previdência. **O Conselheiro**
39 **Presidente falou** do material encaminhado ao Conselho Fiscal referente ao exercício
40 de dois e oito: balanço anual, balancetes financeiros, relatório anual de atividades da
41 Instituição, relatório das aplicações financeiras, e ao exercício de dois mil e nove, os
42 balancetes financeiros, relatório das aplicações financeiras e toda legislação
43 pertinente ao RPPS. Falou sobre os trabalhos da comissão de criação de proposta
44 da Legislação Previdenciária, que ainda estão fazendo o trabalho. Falou sobre o
45 Cálculo Atuarial, onde a empresa Exactus estará vindo na primeira semana de julho
46 na Amprev. **O Conselheiro Monteiro falou** sobre a questão do Cajari, que a Caixa
47 Econômica tem uma proposta. **O Conselheiro Marcelo falou** que é melhor consultar
48 a Sema para saber a restrição da área, quanto à questão ambiental do Cajari. **O**
49 **Conselheiro Presidente falou** que vai ser consultado. **O Conselheiro Monteiro**
50 **falou** das denúncias que constam no relatório da Auditoria Geral do Estado. **O**
51 **Conselheiro Presidente falou** que vai procurar se informar do assunto. E após
52 discussões sobre os levantamentos dos bens da Amprev, ficou estabelecida criação
53 de comissão para avaliar os bens que serão alienados pela Amapá Previdência, que
54 será constituída por um representante do Conselho Estadual de Previdência que
55 ficou eleito o Conselheiro Marcelo Moreira dos Santos e dois representantes da
56 Amprev, que será indicado. **O Conselheiro Presidente** passou para o item “o que
57 ocorrer”, com o assunto Encontro de Contas. E após varias discussões foi deliberado
58 que seja apresentada uma minuta do acordo da dívida do Poder Executivo, onde

59 fosse elaborada pelos seus representantes que fazem parte deste Conselho, que
60 será apresentada na segunda feira, dia primeiro de junho de dois mil e nove na
61 continuidade desta quinta reunião ordinária. Logo após o **Conselheiro Monteiro**
62 **propôs** a correção de salário dos servidores da Amprev. Após discussão todos
63 concordaram. O Presidente deixou em aberta a reunião para continuação do assunto
64 Encontro de Contas para o dia primeiro de junho de dois mil e nove às dezesseis
65 horas.

66
67 Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e nove da era cristã, às
68 dezesseis horas, na Sala de reuniões do Conselho Estadual - CEP do Prédio da
69 Amapá Previdência - AMPREV, situado a Rua Binga Uchôa, nº. dez, Centro, nesta
70 Capital, reuniram-se para dar continuidade aos trabalhos aberto no dia vinte e nove
71 de maio de dois mil e nove da quinta reunião ordinária do Conselho Estadual da
72 Amapá Previdência - CEP, o Senhor Artur de Jesus de Barbosa Sotão, que
73 cumprimentou os Senhores Conselheiros e demais presentes, deu prosseguimento
74 aos trabalhos e registrou a presença do **Conselheiro Anatal de Jesus Pires de**
75 **Oliveira** e do **Conselheiro Marlúcio de Almeida Souza** que não estavam na
76 abertura da reunião. **O Conselheiro Presidente falou** quando nós suspendemos a
77 reunião na sexta feira para reiniciamos hoje, ficou acordado de que seria discutida
78 uma proposta que seria apresentada pelo representante do Poder Executivo, e
79 queremos saber se a proposta está pronta para que seja colocado em apreciação. **O**
80 **Conselheiro Monteiro falou** que na verdade este item não podia ser discutido no
81 que ocorrer, porque segundo o regimento interno do CEP, recorremos para o Art.17 e
82 parágrafo quinto, diz que na pauta constante "no que ocorrer" não poderão ser
83 discutidas matérias de cunho patrimonial, e isso envolve a constituição do nosso
84 patrimônio, teria de ser um item de principio, e nesse sentido cabe lembrar que nas
85 últimas reuniões agente vem observado esta pauta geralmente com o tema bem
86 simples, e no que é o foco não aparece na pauta da reunião, acaba sendo tratado "no
87 que ocorrer", e na hora de fazemos o nosso regimento interno foi tratado esta
88 questão parágrafo quinto. **O Conselheiro Presidente falou** salvo engano quando
89 nós nos referimos na questão patrimonial, é questão dos móveis e imóveis, agora eu
90 deixo aqui para o próprio Conselho decidir, se o Conselho entender que não pode ser
91 discutida essa questão, agente convoca uma extraordinária, pois a idéia era essa, e
92 então eu pedir sugestões, e foi colocada pelo Conselheiro Monteiro que fosse
93 suspensa à reunião para que reiniciasse hoje, sem que houvesse a extraordinária,
94 então eu coloco agora para discussão, se vamos continuar ou se vamos marcar a
95 extraordinária. **O Conselheiro Monteiro falou** é de alta relevância pra que seja dado
96 esse tratamento para que não ocorra nas pautas, como vem acontecendo que as
97 decisões deste Conselho são tomadas "no que ocorrer", pois os temas importantes a
98 serem discutidos e deliberados têm que fazerem parte na pauta. **O Conselheiro**
99 **Presidente falou** normalmente o que vem "no que ocorrer" é questão que aparecem
100 depois que a pauta está constituída e expedida a convocação. **O Conselheiro**
101 **Marlúcio colocou** uma proposta que deve ser feita uma reunião extraordinária
102 específica para este assunto que é de grande relevância para a Instituição. **O**
103 **Conselheiro Presidente falou** então temos duas propostas, convocar para uma
104 extraordinária ou continuar e delibar ainda na reunião ordinária que começou na
105 sexta feira. **O Conselheiro Marlúcio falou** da dificuldade de se resolver problemas
106 em relação ao Governo, pois os representantes não comparecem as reuniões, que
107 são tratados estes assuntos. **O Conselheiro Presidente falou** que na abertura da
108 reunião na sexta feira foi lido as justificativas de ausência dos conselheiros. **O**
109 **Conselheiro Haroldo falou** que quero retomar na posição da reunião de sexta feira,
110 quando nós tínhamos decidido a deliberar sobre este tema, e o apelo que eu faço é
111 que agente analise esta questão de uma maneira que se pense realmente, há uma
112 crise e está atingindo o mundo todo, mais que vai passar e será somente lembrança.
113 O Governo deixou de recolher como deveria em tempo hábil, no momento oportuno
114 de fazer o abatimento que não foi feito, e agora está pedindo que seja feito está

115 correção, não tem nada de extraordinário é uma coisa transparente para que o
116 Estado deixe de está inadimplente e poder usufruir de seus créditos disponíveis. **O**
117 **Conselheiro Monteiro falou** agente é sensível à situação do Estado, nós temos
118 acompanhado, só que procuramos o Governo há um ano atrás aproximadamente e
119 tocamos nesse assunto em reuniões passadas, e não obtivemos respostas, embora
120 que o maior interessado é o Estado e não o servidor, e temos dívidas pagáveis que
121 estão orçadas, como a dívida de aluguel, que deixaram de serem pagas desde dois
122 mil e três, se não me falhe a memória, e não se toma nenhuma decisão, o valor no
123 qual vocês estão pedindo poderia ser abatido mensalmente no repasse feito a
124 Amprev, já que o Governo vem pagando os auxílios para os servidores. **O**
125 **Conselheiro Haroldo falou** no momento estamos trazendo uma manifestação do
126 Governo em que haja o acordo, e então será discutido no Conselho, com três ou
127 quatro conselheiros com a Amprev, e está aqui um documento onde nós expulsemos
128 nossas razões para que haja o acordo. **O Conselheiro Marlúcio falou** que o
129 Governo está repassando as contribuições no final do trimestre. **O Conselheiro**
130 **Márcio falou** que formalizou um documento pedindo o levantamento da dívida do
131 Governo do Estado, pediu os acordos e débitos normais sem serem acordados e o
132 Presidente repassou o relatório desses débitos. Constam atualmente vinte e um
133 milhões dos meses de janeiro e fevereiro, débitos não acordados, e débitos de
134 alugueis atualizado na presente data no valor de um milhão duzentos quarenta mil
135 quinhentos e trinta e seis reais, no relatório com os débitos acordados com a
136 Instituição e o Governo existe acordo dos anos de dois mil, dois mil e dois, dois mil e
137 três, dois mil e quatro, dois mil e seis e dois mil e sete. Então estão se fazendo
138 acordos de parcelamentos de dívidas que o Estado está deixando de cumprir, as
139 contribuições do Governo não estão sendo repassada, porque estes acordos estão a
140 partes do servidor juntamente com o Patronal, e pelo levantamento feito, só os juros
141 e multas desses acordos firmados com o Governo do Estado e dos outros Poderes
142 tem um montante de cinco milhões oitocentos e noventa e cinco mil quatrocentos e
143 doze reais atualizados até a presente data, e solicito que seja adiada esta decisão. **O**
144 **Conselheiro Presidente fez** a leitura do requerimento feito por Haroldo Victor de
145 Azevedo Santos, Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro, e
146 Wellington de Carvalho Campos, Secretário de Estado da Administração, que, vêm,
147 perante Vossa Senhoria, com fundamento nos Arts. 23 e 25 da Lei nº. 0915, de
148 agosto de dois mil e cinco, notadamente quanto aos seus § 14 e 18. Depois de lido o
149 requerimento, o Presidente colocou para manifestação. **O Conselheiro Marlúcio**
150 **falou** que tem que ser votado para decisão, se vamos continuar aqui ou se vamos
151 marcar a extraordinária. **O Conselheiro Presidente colocou** para votação as
152 propostas, e nove Conselheiros votaram a favor de marcar uma reunião
153 extraordinária e fica encerrada a quinta reunião. **O Conselheiro Monteiro falou** que
154 a proposta seria de continuamos o assunto e que já viríamos na extraordinária com
155 tudo acertado, porque se não o assunto vai continuar a se estender, e se tiver a
156 negociação e fechar alguma coisa a reunião extraordinária vai ocorrer para que se
157 veja se aprova ou não a proposta. **O Conselheiro Presidente falou** tem o
158 requerimento feito pelos dois secretários na realidade nós podemos avançar nesta
159 questão. **O Conselheiro Damilton falou** na próxima reunião que seria a
160 extraordinária que já viesse á proposta seja em forma de contrato ou termo feita pelo
161 Governo do Estado informando de que forma este parcelamento seria feito, se vai
162 assumir o compromisso pagando as outras dívidas anteriores, e essa compensação
163 de que forma seria feito e até dar tempo de consultar o Ministério da Previdência, se
164 pode ser feito só dessa forma sem entrar o dinheiro na conta da Amprev, se poderia
165 fazer na forma de compensação, então seria o caso de decidir na extraordinária se o
166 Conselho autoriza esta compensação. **O Conselheiro Presidente falou** que vamos
167 fazer a consulta no Ministério da Previdência e acredito que não vamos ter a resposta
168 em tempo hábil para apresentar na reunião, mais será feita. **O Conselheiro**
169 **Monteiro falou** sobre os números computados que o Conselheiro Márcio apresentou

170 e a Amprev já tinha repassado em vinte e nove de julho de dois mil e sete que a
171 dívida conversada era em torno de cento e vinte quatro milhões, a Assembleia devia
172 oito milhões e o Governo do Estado devia cento e dezesseis milhões, a dívida não
173 conversada vinte e seis milhões, a Assembleia oitocentos mil, Tribunal de Conta
174 quatro milhões e alguma coisa e Tribunal de Justiça vinte e um milhões, são
175 documentos emitido pela Amprev, eu fiquei surpreso com a dívida do Tribunal de
176 Contas oitenta e quatro mil e a dívida do Governo somente setenta. **O Conselheiro**
177 **Presidente falou** que existe a possibilidade de nesse período já ter quitado alguma
178 coisa. **O Conselheiro Márcio falou** que segundo uma das técnicas da Amprev
179 Roberta informou que setenta e cinco milhões de acordo não estão atualizados,
180 devido a uma divergência de entendimento de se utilizar a Unidade Padrão Fiscal do
181 Estado ou que está no contrato, e eu até sugerir que colocasse as duas hipóteses,
182 então são questões que devem ser discutidas. **O Conselheiro Damilton falou** que
183 quando esteve em Brasília foi feito a solicitação para fazer um decreto para
184 regulamentação do auxílio maternidade, haja vista que a Lei Federal dar apenas
185 quatro meses, e vem uma Lei Estadual dando dois meses, eu pergunto se o
186 governador executou este decreto. **O Conselheiro Presidente respondeu** que a Lei
187 10.033/2003 é uma proposta do Deputado Randolfe para cento e oitenta dias, foi
188 sancionada mais que esses dois meses, não foram indicados parar na fonte, o
189 Ministério entende que esses sessentas dias não são um benefício Previdenciário e
190 saiu um decreto do Governo assumindo o pagamento desses sessentas dias. **O**
191 **Conselheiro Damilton falou** esse documento demonstrando todos esses repasses
192 do Governo, não seria interessante ter uma análise da Assessoria Jurídica da
193 Amprev, e outro ponto que deve ser observado que esse documento teve origem nas
194 duas secretarias Executivas, da Administração e do Planejamento, não seria
195 interessante que este documento viesse da Gestão, até para evitar que os dois
196 membros do Conselho ficassem envolvidos diretamente nesse assunto. **O**
197 **conselheiro Haroldo falou** é irrelevante, dois secretários estão colocando uma
198 posição de Governo, então a chancela da Secretaria Especial de Gestão é inerente,
199 e eu quero retomar e esclarecer ao Conselheiro Damilton que nós não preparamos o
200 acordo exatamente em atenção e em respeito ao Conselho, porque nós tínhamos
201 conversado que variamos isto em conjunto e quero deixar o meu apelo, o decreto
202 que o Governador já assinou e é conhecimento de todos, ele dar noventa dias, isso
203 foi pedido por uma empresa contratada pela Amprev para que se apresentasse uma
204 solução definitiva para todos os problemas da Amprev. **O Conselheiro Monteiro**
205 **falou** que nada impede de montar a comissão para constituição do documento que
206 propôs o Conselheiro Damilton e que se comece a formular este documento. **O**
207 **Conselheiro Presidente marcou** a reunião extraordinária para sexta feira dia cinco
208 de junho de dois mil e nove, às dezesseis horas, e a sugestão que se formasse uma
209 comissão para trabalhar o acordo com o Poder Executivo para apreciação e votação
210 neste Conselho, que irá compor com dois representantes do Conselho que ficou
211 eleito Marlúcio e Fernando e um representante do Executivo e um membro da
212 Procuradoria do Estado. **O Presidente agradeceu** a presença de todos e fica a
213 convocação para a primeira reunião extraordinária para o dia cinco de junho de dois
214 e nove às dezesseis horas, e cuja presente Ata foi lavrada por mim, Josilene de
215 Souza Rodrigues em substituição de Jonilson Vilhena Martins, e que, depois de lida e
216 achada conforme, será assinada por todos os membros presentes.
217 Macapá, 29 de maio de 2009.

218
219
220 Artur de Jesus Barbosa Sotão: _____
221 **Presidente do Conselho**

222
223
224 Arnaldo Santos Filho: _____
225 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**

226 Benedito Paulo de Souza: _____
227 Membro suplente, representante do Poder Executivo.
228
229 Wellington de Carvalho Campos: _____
230 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**
231 Cesar Nazaré Bezerra da Rocha: _____
232 Membro suplente, representante do Poder Executivo.
233
234 Haroldo Vitor de Azevedo Santos: _____
235 **Membro titular, representante do Poder Executivo.**
236 Maria Conceição Laurinho dos Santos: _____
237 Membro suplente, representante do Poder Executivo.
238
239 Mário Gurtyev de Queiroz: _____
240 **Membro titular, representante do Tribunal de Justiça**
241 Gilberto de Paula Pinheiro: _____
242 Membro suplente, representante do Tribunal de Justiça.
243
244 Dalto da Costa Martins: _____
245 **Membro titular, representante da Assembléia Legislativa.**
246 Manoel Brasil de Paula Filho: _____
247 Membro suplente, representante da Assembléia Legislativa.
248
249 Damilton Barbosa Salomão: _____
250 **Membro titular, representante do Tribunal de Contas.**
251 Rozane de Almeida Chaves: Rozane de Almeida Chaves.
252 Membro suplente, representante do Tribunal de Contas.
253
254 Estela Maria Pinheiro do Nascimento Sá: _____
255 **Membro Titular, representante do Ministério Público.**
256 Marcelo Moreira dos Santos: _____
257 Membro suplente, representante do Ministério Público.
258
259 Luiz Eduardo Nunes: _____
260 **Membro titular, representante dos Militares ativos.**
261 Ademar Rodrigues dos Anjos: _____
262 Membro suplente, representante dos Militares ativos.
263
264 Micherlon Mendonça dos Santos: _____
265 **Membro titular, representante dos Militares Inativos.**
266 Ana Maria Correa Beleza: _____
267 Membro suplente, representante dos Militares Inativos.
268
269 Anatal de Jesus Pires de Oliveira: _____
270 **Membro titular, representante dos servidores Civis Ativos.**
271 Cleydson Sousa do Nascimento: _____
272 Membro suplente, representante dos servidores Civis Ativos.
273
274 Moisés Tavares de Araújo: Moisés Tavares
275 **Membro titular, representante dos servidores Civis Inativos.**
276 Edson França: _____
277 Membro suplente, representante dos servidores Civis Inativos.
278
279 Marlúcio de Almeida Souza: Marlúcio de Almeida Souza
280 **Membro titular, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.**
281 Cezar Souza de Melo: _____
282 Membro suplente, representante dos servidores da Assembléia Legislativa.
283
284 Antônio Márcio de Souza Pelaes: _____
285 **Membro titular, representante dos servidores do Poder Judiciário.**
286

- 287 Alvino Boucinha da Fonseca: _____
- 288 Membro suplente, representante dos servidores do Poder Judiciário.
- 289
- 290 Rosival Nazareno Fortunato Monteiro: _____
- 291 **Membro titular, representante dos servidores do Tribunal de Contas.**
- 292 Juliano Andrade de Araújo: _____
- 293 Membro suplente, representante dos servidores do Tribunal de Contas.
- 294
- 295 Fernando Cezar Pereira da Silva: Fernando Cezar P.
- 296 **Membro Titular, representante dos servidores do Ministério Público.**
- 297 Idelmir Torres da Silva: _____
- 298 Membro suplente, representante dos servidores do Ministério Público.
- 299
- 300 Jonilson Vilhena Martins: pl Jonilson de Souza Rodrigues
- 301 Secretário do CEP
- 302
- 303
- 304
- 305
- 306
- 307

